



PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

**ATO NORMATIVO Nº 454**

*Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.*

**O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e

**CONSIDERANDO** o que prevê o art. 55 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), de 4 de maio de 2000, observadas as prescrições da Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, do Ato Normativo STM nº 89, de 28 de maio de 2014, do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, de 12 de abril de 2017, e da Portaria nº 660/STN, de 22 de janeiro de 2021.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União referente ao período de janeiro de 2020 a dezembro de 2020.

**Art. 2º** A publicação do Relatório de que trata o art. 1º deste Ato Normativo dar-se-á na forma do Anexo Único deste Ato, no qual se encontram o demonstrativo da despesa com pessoal (art. 55, inciso I, alínea "a", da LRF), o demonstrativo dos limites de despesa com pessoal (Acórdão TCU 553/17 – item 9.4), o demonstrativo das disponibilidades de caixa e restos a pagar (art. 55, inciso III, alínea "a", da LRF) e do demonstrativo simplificado do Relatório de Gestão Fiscal (art. 48 da LRF).

**Art. 3º** Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS**

Almirante de Esquadra

Ministro-Presidente



26/01/2021, às 18:01 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.stm.jus.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2069204** e o código CRC **44AD7235**.

2069204v3

Setor de Autarquias Sul, Quadra 01 Edifício-Sede, Bloco B - CEP 70098-900 - Brasília - DF - <http://www.stm.jus.br/>

## Centenário das Circunscrições da Justiça Militar da União (1920 – 2020)



PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR  
PRSTM/DIREG/DOR/FUC/PROF/DOR/FUSE/AN/DORFI  
ANEXO ÚNICO DO ATO NORMATIVO 454

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO 2020 A DEZEMBRO 2020

Anexo I - (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)	
	LIQUIDADAS														
	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20			TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (D)</b>	35.434.175,21	36.773.287,97	37.247.155,10	35.077.700,19	34.867.084,18	49.686.528,19	35.088.225,03	35.509.560,44	35.038.335,04	35.232.719,56	54.523.123,35	43.942.717,95	468.720.612,21	10.018.803,84	478.739.416,05
<b>Pessoal Ativo</b>	18.314.272,27	19.389.544,59	19.322.355,02	17.730.422,05	17.524.324,67	21.932.999,26	17.764.580,21	18.214.638,15	17.795.787,75	18.281.910,70	28.085.488,83	23.862.296,07	238.218.619,57	4.406.438,68	242.625.058,25
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.752.309,86	16.803.733,47	16.116.403,59	14.545.822,36	14.349.475,47	18.768.810,25	14.588.241,79	15.038.098,55	14.507.915,76	15.109.049,41	21.774.744,42	20.561.913,09	197.916.518,02	4.405.112,34	202.321.630,36
Obrigações Patronais	2.561.962,41	2.585.811,12	3.205.951,43	3.184.599,69	3.174.849,20	3.164.189,01	3.176.338,42	3.176.539,60	3.287.871,99	3.172.861,29	6.310.744,41	3.300.382,98	40.302.101,55	1.526,34	40.303.627,89
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	17.119.902,94	17.383.743,38	17.924.800,08	17.347.278,14	17.342.759,51	27.753.528,93	17.323.644,82	17.294.922,29	17.242.547,29	17.250.808,86	26.437.634,52	20.880.421,88	230.501.992,64	5.612.365,16	236.114.357,80
Aposentadorias, Reservas e Reformas	10.508.029,82	10.454.409,18	11.127.825,17	10.499.672,62	10.494.941,74	16.641.340,71	10.493.273,03	10.500.647,63	10.487.067,11	10.497.400,56	16.436.081,74	10.906.800,62	139.047.489,96	2.505.152,32	141.552.642,28
Pensões	6.611.873,12	6.929.334,20	6.796.974,91	6.847.605,49	6.847.817,77	11.112.188,22	6.830.371,79	6.794.274,66	6.755.480,18	6.753.408,30	10.001.552,78	9.173.621,26	91.454.502,68	3.107.209,84	94.561.712,52
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (E)</b>	17.120.395,19	18.975.406,02	17.983.649,31	17.347.770,39	17.343.251,76	27.957.096,61	17.323.825,22	17.846.940,57	17.365.438,08	17.251.301,11	26.438.126,77	16.035.386,33	228.987.587,36	9.954.195,23	238.941.782,59
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	18.023,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.023,70	0,00	18.023,70
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apropriação	492,25	492,25	492,25	492,25	492,25	492,25	492,25	549.842,57	122.890,79	492,25	492,25	492,25	677.655,86	0,00	677.655,86
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apropriação	0,00	1.591.170,39	58.356,98	0,00	0,00	203.075,43	-1.311,85	2.175,71	0,00	0,00	0,00	2.918.634,99	4.772.101,65	9.871.405,73	14.643.507,38
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	17.119.902,94	17.383.743,38	17.906.776,38	17.347.278,14	17.342.759,51	27.753.528,93	17.323.644,82	17.294.922,29	17.242.547,29	17.250.808,86	26.437.634,52	13.116.259,09	223.519.806,15	82.789,50	223.602.595,65
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (D - E)</b>	18.313.780,02	17.797.881,95	19.263.505,79	17.729.929,80	17.523.832,42	21.729.431,58	17.765.399,81	17.662.619,87	17.672.896,96	18.281.418,45	28.084.996,58	27.907.331,62	239.733.024,85	64.608,61	239.797.633,46

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	651.943.266.031,15	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	239.797.633,46	0,036782%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	525.309.806,04	0,080576%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	499.044.315,74	0,076547%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do art. 59 da LRF)	472.778.823,43	0,072518%

FONTE: Tesouro Gerencial, Justiça Militar da União, 15/01/2021, 17h30min.

Nos demonstrativos elaborados no 1º e 2º quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração após seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota: 1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas serão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2. Limite Legal da DMU = 0,080576% e Limite Prudencial da DMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

3. As diferenças entre a metodologia do TCU disponível no Tesouro Gerencial e a metodologia de despesa elaborada por esta DMU, referem-se aos valores constantes dos Programas de Trabalho 0181 – Aposentadorias e Pensões Civis da União e 20TP – Ativos Civis da União no SIAFI, conforme os dados a seguir descritos, porém, Informamos ainda que a utilização da metodologia descrita não altera os valores totais das despesas de pessoal, portanto não refletem em alterações nos percentuais de execução das despesas com pessoal da Justiça Militar da União.

4. No mês de Março/2020, a despesa no valor de R\$ 18.023,70, registrada no SIAFI na rubrica "3.1.90.94.01 - Indenizações e Restituições Trab. Ativo Civil", foi classificada pela DMU como "Pessoal Inativo e Pensionistas" no RGF, por tratar-se de despesas correntes inativas - indenização de férias - bônus.

5. No mês de Março/2020, a despesa no valor de R\$ 298.629,20, registrada no SIAFI na rubrica "3.1.90.17.02 - Ajuda de Custo - Transferência do Ativo Militar P/ Inatividade Remunerada", foi classificada pela DMU como "Pessoal Ativo" no RGF, por se tratar de despesa referente à ajuda de custo decorrente de transferência de ativo militar para a inatividade.

6. No mês de Junho/2020, a despesa no valor de R\$ 298.629,20, registrada no SIAFI na rubrica "3.1.90.17.02 - Ajuda de Custo - Transferência do Ativo Militar P/ Inatividade Remunerada", foi classificada pela DMU como "Pessoal Ativo" no RGF, por se tratar de despesa referente à ajuda de custo decorrente de transferência de ativo militar para a inatividade.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 880-2017-TCU-PLENÁRIO ITEM  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO 2020 A DEZEMBRO 2020

R\$ 1,00		
DESPESAS EXECUTADAS		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (D)	471.067.667,10	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (E)	238.270.033,73	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (D - E)</b>	232.797.633,46	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	651.943.266.031,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (I) = (III) / (IV) x 100	0,036782%	
% DA RCL VALOR		
LRF, art. 20, incisos I, II e III	% DA RCL	VALOR
Limite Máximo (V)	0,080576%	664.830.188,09
Resol CNJ 8/2008 - Atto decorrente 2	0,037981%	663.666.268,88
Resol CNJ 26/2006 - Atto decorrente 2	0,080724%	636.387.728,84
Resol CNJ 177/2013 - Atto decorrente 2	0,080674%	628.309.806,04
Justiça de Trabalho - Atto Conjunta TST CSJT/2015 3		

1. Preencher apenas no caso de os limites de Orçamento serem objeto de alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.  
2. Índice e Ato Portaria que alterou os limites individuais de Orçamento decorrente da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.  
3. Cópia a ser preenchida pelo Tribunal da Justiça de Trabalho.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO 2020 A DEZEMBRO 2020

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) (h)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APOS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (f - g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos (b)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (c)	Demais Obrigações Financeiras (d)	Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores (e)				
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	
Frente 127 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO	3.786.837,38	33.989,72	126,72	0,00	3.652.720,94	2.703.652,72	0,00	900.000,22	
Frente 150 - REC. DIRETAMENTE ARRECADADA-STM	4.736.293,09	0,00	0,00	0,00	4.736.293,09	1.000,00	0,00	4.735.293,09	
Frente 151 - RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	421.097,09	0,00	0,00	0,00	421.097,09	338.867,24	0,00	80.000,00	
Frente 153 - REC. DEST. ÀS ATIVIDADES-FUN. SEGURIDADE SOCIAL	53.527,50	42,00	0,00	0,00	53.525,50	105,77	0,00	53.419,73	
Frente 156 - CONTRIBUIÇÃO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVID.	231.789,82	0,00	2.698,19	12.682,98	219.008,65	216.439,56	0,00	216.439,56	
Frente 169 - CONTRIB. PATRONAL P/ PLANO DE SEGURID. SOC. SERV.	122.419,96	5.336,39	29.324,09	4.963,89	82.795,69	82.799,50	0,00	4.338,25	
Frente 190 - RECURSOS DIVERSOS	204.982,30	0,00	0,00	0,00	204.982,30	0,00	0,00	204.982,30	
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>9.566.142,36</b>	<b>117.288,10</b>	<b>113.527,95</b>	<b>17.676,57</b>	<b>9.317.389,74</b>	<b>3.127.389,56</b>	<b>0,00</b>	<b>6.190.000,18</b>	
Frente 100 - RECURSOS ORDENÁRIOS	42.428.079,38	68.642,80	673.577,88	8.209.882,37	31.546.986,53	22.036.303,29	0,00	10.510.683,24	
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>42.428.079,38</b>	<b>68.642,80</b>	<b>673.577,88</b>	<b>8.209.882,37</b>	<b>31.546.986,53</b>	<b>22.036.303,29</b>	<b>0,00</b>	<b>10.510.683,24</b>	
<b>TOTAL (III) = (I - II)</b>	<b>51.994.219,24</b>	<b>185.940,90</b>	<b>187.105,23</b>	<b>8.227.559,94</b>	<b>219.746,71</b>	<b>42.973.894,56</b>	<b>28.163.612,85</b>	<b>17.410.241,71</b>	
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>									
FONTE: SIAFI									

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		R\$ 100	
Receita Corrente Equiv.			R\$ 451.943.268.031,95
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		239.737.633,46	0,047202
Limite Máximo (Institos I e II, art. 20 da LRF) - L10		525.399.908,04	0,009576
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 20 da LRF) - L10		430.044.205,74	0,009575
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida			
Limite Derivado por Prescrição do Senado Federal			
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Consolidadas			
Limite Derivado por Prescrição do Senado Federal			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Derivado pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas			
Limite Derivado pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CARRA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		25.963.912,89	42.573.854,96

FONTE: Tesouro Geral, Justiça Militar da União, 13/01/2021, 17h30min

**MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS**

Almirante de Esquadra  
 Ministro-Presidente

**SÍLVIO ARTUR MEIRA STARLING**

Diretor-Geral

**IVO ROMERO DA SILVA**

Diretor de Orçamento e Finanças, em exercício

**VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA**

Secretário de Controle Interno

 Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 26/01/2021, às 16:44 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

 Documento assinado eletronicamente por **SÍLVIO ARTUR MEIRA STARLING, DIRETOR-GERAL**, em 26/01/2021, às 16:56 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

 Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO**, em 26/01/2021, às 17:02 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

 Documento assinado eletronicamente por **IVO ROMERO DA SILVA, DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, em exercício**, em 26/01/2021, às 17:06 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

 A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.stm.jus.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2069210** e o código CRC **CC6B0469**.

2069210v10

Sector de Antarquias Sul, Quadra 01 Edifício-Sede, Bloco B - CEP 70098-900 - Brasília - DF - <http://www.stm.jus.br/>

Centenário das Circunscrições da Justiça Militar da União (1920 – 2020)